



MINISTÉRIO DA DEFESA
 COMANDO DA AERONÁUTICA
 PARQUE DE MATERIAL BÉLICO DE AERONÁUTICA DO RIO DE JANEIRO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 021/TTEC-TCPL/2015

I. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de **Materiais para o Setor de Material Bélico**, para atender às necessidades do **Comando da Aeronáutica (COMAER)**, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CATMAT	UF	QTD MÍN	QTD MÁX	QTD TOT	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	KIT DE SINALIZAÇÃO NOTURNA (COM CARGAS VERMELHAS)	017/ET-TENG Rev 00	191370	UN	400	400	400	R\$ 275,80	R\$ 110.320,00
2	PROTEÇÃO DE MÃO E BRAÇO (ROP EMAER 75 - CDC)	018/ET-TENG Rev 00	150407	PAR	470	470	470	R\$ 561,16	R\$ 263.745,20
3	PROTEÇÃO DE PERNAS TAMANHO PEQUENO (ROP EMAER 75 - CDC)	022/TENG/2014	150407	PAR	325	325	325	R\$ 258,70	R\$ 84.077,50
4	PROTEÇÃO DE PERNAS TAMANHO GRANDE (ROP EMAER 75 - CDC)	022/TENG/2014	150407	PAR	325	325	325	R\$ 254,95	R\$ 82.858,75

1.2. A descrição completa dos itens se encontra em suas respectivas especificações técnicas constantes do processo administrativo.

1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.4. Os bens, objeto da aquisição, estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais CATMAT do SIASG.



1.4.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.5. Os bens deverão ter prazo de garantia mínimo conforme especificado nas especificações técnicas, prevalecendo o prazo de garantia fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso maior.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição dos bens acima elencados atenderá às necessidades do **Comando da Aeronáutica (COMAER)** previstas na Tabela de Aquisição de Material Bélico para o ano de 2015. Esta Tabela é um documento elaborado pela Diretoria de Material Aeronáutico e Bélico (DIRMAB) e aprovado pelo Comando-Geral de Apoio (COMGAP). Na TAB constam os itens bélicos a serem adquiridos pelo CELOG, baseados no Plano Global de Aquisição de Material Bélico e nos recursos disponibilizados pelo COMAER após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e do Decreto nº 3.555, de 2000.

4. AMOSTRAS

4.1. Será necessária a entrega de amostra de todos os itens. As amostras serão avaliadas por uma equipe deste Parque, sendo sua análise restrita aos critérios estabelecidos na Especificação Técnica. As empresas somente terão suas propostas aceitas no Sistema de Compras Governamentais (COMPASNET) após a avaliação de suas amostras por este Parque.

4.2. As amostras deverão ser entregues no **Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAMB-RJ)**, localizado na Estrada do Galeão, nº 4700 - Ilha do Governador - Rio de Janeiro, em até 5 dias úteis após a solicitação de envio no Sistema COMPRASNET, sendo que as empresas deverão informar à Subdivisão de Planejamento deste Parque, através dos telefones (21) 2101-5668 ou (21) 2101-5605, quando que suas amostras serão entregues para que uma equipe deste Parque possa recebê-las. Esta equipe está disponível somente de segunda a sexta-feira das 10h às 15h.

4.3. O PAMB realizará a análise das amostras apresentadas até 05 dias úteis após a entrega pelas empresas.

4.4. Previamente à análise das amostras, será divulgado com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a todos os licitantes, através do "chat", o local e horário que serão realizadas as análises, sendo permitida a participação de todos os licitantes.

5. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

5.1. O fornecimento será efetuado **de acordo com a necessidade do órgão**, com prazo de entrega superior a **90 (noventa) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato, se for o caso.



5.2. Os bens deverão ser entregues **no Parque de Material Bélico da Aeronáutica do Rio de Janeiro (PAMB-RJ), localizado na Estrada do Galeão, nº 4700 - Ilha do Governador - Rio de Janeiro - PABX (21) 2101-5500**, de segunda-feira a sexta-feira, no horário das **10 horas às 15 horas**.

6. AVALIAÇÃO DO CUSTO

6.1. O custo estimado total da presente contratação é de **R\$ 541.602,40 (quinhentos e quarenta e um mil seiscientos e dois reais e quarenta centavos)**, conforme discriminado na tabela do item 1.1.

6.2. O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, em pesquisas de mercado e mediante consulta ao Subsistema de Preços Praticados – SISPP do SIASG, conforme o caso.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os itens serão recebidos conforme a Norma de Recebimento do PAMB-RJ 001/01 Rev 2, de 02 de março de 2006. As empresas interessadas em participar do certame, poderão retirar esta Norma de Recebimento na Subdivisão de Planejamento do PAMB-RJ, de segunda-feira a quinta-feira, das 13 h às 16 h, com agendamento de horário através dos telefones (21) 2101-5605 e (21) 2101-5668, mediante assinatura de um Termo de Confidencialidade.

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

7.6. A Comissão de Recebimento de Material Bélico (CRMB), comissão designada por portaria para fins específicos, receberá o OBJETO em observância às atribuições estabelecidas na ICA 435-6 de 2010.



7.7. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE, com quinze dias úteis de antecedência, a data em que o material estará disponível para o recebimento, ficando a FISCALIZAÇÃO responsável pela data a ser agendada.

7.8. As quantidades previstas para utilização nos testes de recebimento deverão ser repostas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

7.9. A CONTRATANTE acompanhará o cumprimento do CONTRATO por meio da CRMB, tendo livre acesso a todas as áreas e controles necessários e pertinentes à realização de seus trabalhos, durante o horário comercial.

7.10. Correrão por conta da CONTRATANTE todas as despesas de transporte, estada, alimentação e locomoção da CRMB, que se façam necessárias ao acompanhamento da execução do CONTRATO, inclusive para os ensaios e inspeções. No entanto, em caso de ocorrência de retrabalho por conta da CONTRATADA, serão aplicadas as sanções administrativas, caso o motivo deste retrabalho se enquadre no estabelecido no item 13 deste Termo de Referência.

7.11. O material técnico (mecânico, elétrico, eletrônico, químico e outros aplicáveis eventualmente) necessário ao cumprimento de qualquer etapa de acompanhamento e/ou Ensaios de Recebimento, deverá ser fornecido com os devidos certificados de calibração ou de conformidade, quando aplicável, pela CONTRATADA, a quem caberá também prover todas as facilidades para inspeções pormenorizadas do OBJETO CONTRATADO e fornecer as documentações e equipamentos sem ônus para a CONTRATANTE.

7.12. Caso algum lote do OBJETO CONTRATADO seja recusado por até 03 (três) vezes, devido a falhas ou irregularidades iguais ou diferentes, o mesmo será definitivamente recusado e impugnado pela CRMB, que apontará os defeitos em Relatório Circunstanciado, dirigido à CONTRATADA.

7.13. A terceira recusa de que trata o item anterior poderá levar a CONTRATANTE a rescindir o CONTRATO, salvo quando houver interesse da Administração, sem prejuízo da aplicação do disposto na Cláusula que trata sobre as sanções administrativas no Contrato.

7.14. Caso a Administração lance mão da ressalva prevista nesta subcláusula, não rescindindo o CONTRATO, o lote em questão permanecerá definitivamente impugnado, cabendo à CONTRATADA apresentar novo lote, observada a manutenção da coerência com os prazos inicialmente pactuados, contados a partir da data da última rejeição.

7.15. A emissão do RECEBIMENTO na nota fiscal do OBJETO CONTRATADO não impede que este seja recusado posteriormente, se constatados defeitos ou quaisquer outras irregularidades, dentro dos termos da Cláusula que trata da Garantia técnica no Contrato.

8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. No fornecimento do material a empresa vencedora da licitação deverá atentar para as normas aplicáveis referentes à proteção ao meio ambiente emitida pelos órgãos oficiais (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, etc), devendo também verificar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos, quando aplicável:

8.1.1. O bem seja constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT, quando couber;

8.1.2. Sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares, quando couber;

8.1.3. O bem seja, preferencialmente, acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, quando couber;

8.1.4. O bem não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (*Restriction of Certain Hazardous Substances*), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), quando couber.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

9.1.1.1. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.1.1.2. Os ensaios, testes e demais provas exigidas pelas Normas de Recebimento correrão por conta da CONTRATADA, nos termos do Art. 75 da Lei 8.666/93.

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco) dias**, o produto com avarias ou defeitos;

9.1.3. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

9.1.4. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições solicitadas pela Contratada e autorizadas pela Administração, devidamente justificadas;

9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9.1.9. Realizar todos os ajustes e testes necessários à verificação do adequado funcionamento do OBJETO CONTRATADO, em consonância com as especificações constantes do CONTRATO;

9.1.10. Responsabilizar-se por todas as reclamações e arcar com os ônus decorrentes de ações judiciais por prejuízo originado, direta ou indiretamente, da execução das suas obrigações, referentes ao CONTRATO, que possam vir a ser arguidas contra a CONTRATANTE, por terceiros;

9.1.11. Cumprir e fazer cumprir, por si, por seus empregados, prepostos e subcontratados, durante a execução do objeto do CONTRATO, todas as leis e determinações federais, estaduais e municipais pertinentes e vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;

9.1.12. Submeter à aprovação da CONTRATANTE, na data de entrada em vigor do CONTRATO, a indicação do(s) responsável(eis) de sua própria organização, para o trato de todos os assuntos pertinentes ao CONTRATO;

9.1.13. Utilizar, em todas as atividades que se fizerem necessárias, para o bom cumprimento do CONTRATO, instrumentos de medida e ferramentas de sua propriedade ou alugados de terceiros, sem ônus para a CONTRATANTE, com os devidos Certificados de Calibração válidos;

9.1.14. Obedecer as Normas da ABNT, Manuais Técnicos e demais documentações técnicas pertinentes e necessárias ao manuseio, manutenção, estocagem, transporte e emprego do OBJETO CONTRATADO pela CONTRATANTE;



9.1.15. Responsabilizar-se por todas as despesas de transporte, estada, alimentação e locomoção de seus representantes e técnicos, que se façam necessárias ao acompanhamento da execução do CONTRATO, inclusive para os testes e inspeções, nos termos acordados previamente pelas PARTES;

9.1.16. Assegurar à CONTRATANTE o direito de promover inspeção em suas instalações, bem como, nas de suas subcontratadas, com o seu corpo técnico e/ou o corpo técnico disponível no Comando da Aeronáutica, durante a vigência do CONTRATO, com a finalidade de comprovar a plena capacitação para a fabricação e fornecimento do OBJETO CONTRATADO;

9.1.17. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito e com a necessária antecedência, sobre quaisquer deficiências ou enganos encontrados nas especificações que possam colocar em risco a segurança e o desempenho final do material, ou, ainda, que venham a onerar seus custos desnecessariamente, não sendo a eventual existência de falhas, razão para fornecimento incorreto do material;

9.1.18. Prestar as informações e os esclarecimentos de ordem técnica, exibindo os dados e os documentos necessários, quando solicitados pela FISCALIZAÇÃO e/ou pela CRMB;

9.1.19. Trocar, sem ônus para a CONTRATANTE, os materiais não aceitos pela CRMB, quando defeituosos;

9.1.20. Ressarcir à CONTRATANTE quaisquer prejuízos causados ao patrimônio do Comando da Aeronáutica, quando estes prejuízos forem consequências de deficiência do material fornecido, objeto do CONTRATO; e

9.1.21. Empregar na fabricação do OBJETO CONTRATADO apenas matéria-prima, nova, de qualidade comprovada e de responsabilidade de aquisição da CONTRATADA.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante obriga-se a:

10.1.1. Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

10.1.4. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10.1.5. Emitir os TERMOS de RECEBIMENTOS quantitativo e qualitativo, na forma pactuada;

10.1.6. Credenciar o pessoal da CONTRATADA para ter acesso a locais que, em razão do CONTRATO, seja necessário;

10.1.7. Fornecer à CONTRATADA a relação nominal dos membros que participarão da FISCALIZAÇÃO do OBJETO CONTRATADO, podendo, entretanto, substituí-los a qualquer tempo que julgar conveniente;

10.1.8. Fornecer à CONTRATADA, quaisquer outras publicações necessárias para o cumprimento do OBJETO CONTRATADO, e

10.1.9. Providenciar a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial da União.

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. A Administração realizará pesquisas de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

13.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta,



não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



13.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.4. São atribuições da Fiscalização:

13.4.1. Encaminhar ao Ordenador de Despesas as propostas de acréscimos ou modificações do OBJETO, acompanhadas de exposição minuciosa, esclarecendo quanto ao interesse da CONTRATANTE, novos prazos de entrega, custos adicionais e outros dados julgados necessários, para fins de aprovação e lavratura do correspondente Termo Aditivo. Em caso de aprovação, o Fiscal do Contrato deverá informar às equipes que compõem a CRMB;

13.4.2. Diligenciar para que matéria-prima, ferramental, gabaritos e equipamentos, Cadernos de Encargos, Normas de Recebimento pertencentes ao COMAER, quando fornecidos pela CONTRATANTE, sejam entregues à CONTRATADA, dentro dos prazos previstos no CONTRATO, evitando, assim, atraso no fornecimento, por culpa do CONTRATANTE;

13.4.3. Confrontar os preços apresentados nas Notas Fiscais da CONTRATADA com aqueles previstos no CONTRATO;

13.4.4. Informar à CONTRATADA as correções a serem efetuadas nas Notas Fiscais que apresentarem discrepâncias quanto ao acertado no CONTRATO;

13.4.5. Concorrer para que sejam cumpridos os prazos de entrega estabelecidos no CONTRATO;

13.4.6. Verificar se os atrasos ou antecipações do prazo de entrega não implicam em providências quanto à liberação do respectivo pagamento;

13.4.7. Informar à CONTRATADA, por escrito, que a mesma está passível de aplicação de multa por atraso na entrega do material, solicitando justificativa para os motivos do atraso e cumprimento do previsto;

13.4.8. Encaminhar ao Ordenador de Despesa, para aprovação, dentro dos prazos fixados no CONTRATO, o processo contendo as justificativas apresentadas pela contratada, por atrasos na entrega de material, ou pelo descumprimento de outras condições estabelecidas no CONTRATO, emitindo parecer quanto à aceitação ou não das justificativas formuladas pela CONTRATADA;

13.4.9. Informar ao Ordenador de Despesa, para decisão, os motivos que poderão levar à rescisão do CONTRATO, acompanhados de exposição minuciosa e dos documentos necessários para comprová-los;

13.4.10. Solicitar à CONTRATANTE, com antecedência de trinta dias, a sua substituição de todos os membros integrantes das equipes que compõem a CRMB, justificando o motivo;

13.4.11. Diligenciar para que toda a correspondência trocada entre as partes seja classificada com o mesmo grau de sigilo do CONTRATO;

13.4.12. Solicitar à Divisão de Obtenção do CELOG cópias do Contrato para distribuição aos membros das Equipes da CRMB;

13.4.13. Acionar, sempre que julgar necessário, a Equipe de Acompanhamento de Fabricação para vistoriar o processo de fabricação do material;

13.4.14. Acionar a Equipe de Recebimento Qualitativo quando da entrega do material pela CONTRATANTE;

13.4.15. Acionar a Equipe de Recebimento Quantitativo, em se tratando de recebimento do material para posterior verificação da qualidade;

13.4.16. Coordenar com o PAMB-RJ, através de documentação escrita, o recebimento quantitativo do OBJETO;

13.4.17. Comunicar à CONTRATANTE a data prevista para o início do recebimento qualitativo; e

13.4.18. Certificar a Nota fiscal correspondente ao material após o recebimento do Termo de Recebimento Definitivo ou Provisório e Termo de Exame e Recebimento Qualitativo (TERQ) ou Termo de Recebimento Quantitativo (TRQ).

14. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



14.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de **0,05% (cinco centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.3. acima de 90 (noventa) dias, será aplicada a multa de mora fixa de 10 % (dez por cento) do valor da fase, etapa ou parcela do serviço;

14.2.4. Por inexecução total ou parcial do objeto contratado:

14.2.4.1. Poderá ser aplicada multa por inexecução parcial do ajuste no valor de 0,2 (dois décimos por cento) do valor do Contrato, caso a Contratada descumpra qualquer condição ajustada no Contrato;

14.2.4.2. Quando a Contratada der causa à rescisão, será aplicada a multa por inexecução total do ajuste de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo da multa de mora ou das demais sanções;

14.2.4.3. Considerando a conveniência e a oportunidade, a Administração poderá rescindir o contrato ou anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 90 (noventa) dias corridos.

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

14.2.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

14.3.1. Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

14.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

DEFESA C. AERONAUTICA
FI: 237
Proc: 87101
Rub: 10151535

14.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

14.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.9. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da licitação estão previstas no Edital.

15. ANEXOS

15.1. ANEXO 1 - Especificações Técnicas.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2016.

Elaborado por:  JOÃO PAULO ANDRADE DE MELO Asp QOCon MTL Chefe da TPMN	Conferido por:  PAULO ROGÉRIO FRAGA DE OLIVEIRA Cap Esp Arm Chefe da TCPL	Aprovado por:  RAUL CARLOS CAMARA BORGES Ten Cel Av Ordenador de Despesas
--	---	---